

A HISTORIOGRAFIA ALEMÃ NO SÉCULO XIX
THE GERMAN HISTORIOGRAPHY IN THE NINETEENTH CENTURY

Ricardo Oliveira da Silva¹

RESUMO: Neste artigo apresentamos o desenvolvimento da reflexão epistemológica sobre o conhecimento histórico na historiografia alemã do século XIX. Com isso, procuramos destacar que não houve uma abordagem monolítica em termos teóricos e metodológicos por parte dos historiadores alemães no momento em que se pensava a constituição da História como área específica na produção do conhecimento. Esta perspectiva encontramos nos textos dos historiadores Leopold von Ranke, Georg Gottfried Gervinus, Johann Gustav Droysen e Ernst Bernheim.

Palavras-chave: historiografia, historiadores, teoria, método, ciência.

ABSTRACT: This paper presents the development of epistemological reflection on historical knowledge in German historiography of the nineteenth century. With this, we seek to highlight that there was no monolithic approach in theoretical and methodological terms by the German historians at the time thought the establishment of history as a specific area in the production of knowledge. This view found in the texts of historians Leopold von Ranke, Georg Gottfried Gervinus, Johann Gustav Droysen and Ernst Bernheim.

Keywords: historiography, historians, theory, method, science.

¹ Doutor em História pela Universidade Federal de Rio Grande do Sul – UFRGS. Docente do Curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus de Nova Andradina – UFMS/CPNA.

INTRODUÇÃO

O próprio fenômeno, em e por si mesmo, será elevado à História
por causa do seu conteúdo
Leopold von Ranke

A essência do método histórico é de compreender ao pesquisar
Johann Gustav Droysen

A escrita da história cultivada na Alemanha ao longo do século XIX constituiu importante referência na fundamentação de uma nova forma de se pensar a produção do conhecimento histórico nos oitocentos. Esta historiografia se caracterizou por um padrão epistemológico que deu grande atenção ao método como forma de conhecer o passado “em si”. O objetivo era mostrar a verdade sobre o passado afastando-se de abordagens filosóficas e literárias, por meio de um padrão de objetividade semelhante aquele praticado nas ciências naturais.

O engajamento na produção de um conhecimento histórico “científico” não resultou, contudo, no desenvolvimento de uma reflexão epistemológica monolítica por parte dos historiadores alemães do XIX. Mostrar um pouco da diversidade das análises daqueles historiadores sobre o que se entendia como sendo o conhecimento histórico e suas formas de produção é o objetivo deste artigo. Para realizar esta tarefa, destacamos na primeira parte do texto o surgimento da historiografia “científica” no cenário cultural alemão do XIX; na sequência, apresentamos os estudos de Leopold von Ranke, Georg Gottfried Gervinus, Johann Gustav Droysen e Ernst Bernheim.

A HISTORIOGRAFIA ALEMÃ OITOCENTISTA

No final do século XVIII teve início um processo que se consolidou ao longo do século XIX: a progressiva autonomização dos estudos históricos em relação a outras formas de saber, em especial a filosofia e a literatura, para a formação de uma história “científica”. Durante séculos, na tradição dominada pela cultura ocidental de origem greco-romana, a História oscilou entre estilos ou objetivos muito diversos, como a banal existência de um indivíduo, a hagiografia política, a filosofia ou a teologia. Com o advento da crítica racional no Renascimento e, mais particularmente, com o surgimento e a consolidação das Luzes no século XVIII, a História passou por uma espécie de repaginação teórica e metódica que culminou em sua cientificização, “cujos resultados historiográficos são expressos em

narrativas que encerram argumentos demonstrativos articuladores da base empírica da pesquisa e da interpretação do historiador em seu contexto” (MARTINS, 2010, p. 10). Com isto, a historiografia passou a encerrar em si “as características de ser empiricamente pertinente, argumentativamente plausível e demonstrativamente convincente” (MARTINS, 2010, p. 10).

Na reflexão epistemológica sobre a história no XIX a questão do método teve importância capital: “foi o método, portanto, que permitiu, a princípio, fixar e resguardar os limites do ‘território do historiador’, ao mesmo tempo em que o promovia à condição de cientista” (GRESPLAN, 2011, p. 291). Por meio do método o historiador buscou se afastar do literato, que mesclava história com ficção, nela introduzindo a fantasia no tempo e no espaço; do filósofo, cujos pressupostos metafísicos sobre o destino da humanidade passavam por cima do individual, tema por excelência da história; e do teórico de outras ciências humanas, para quem o elemento individual seria apenas exemplo de leis sociais, seu verdadeiro objeto. O historiador, contudo, deveria partir de documentos autênticos da época estudada, de cuja análise rigorosa obteria informações verdadeiras sobre os acontecimentos, considerando-os em sua singularidade. A confiança nas potencialidades do método repousaria na ideia da verdade como propósito que distinguiria os estudos históricos da ficção e do romance histórico, os quais não pretenderiam o relato fidedigno dos fatos ocorridos. A correspondência constituía o elemento-chave na definição deste conceito de verdade: “verdade seria a correspondência, a adequação entre as proposições cientificamente formuladas e apresentadas pelo sujeito do conhecimento e o objeto real descoberto pela pesquisa empírica” (GRESPLAN, 2011, p. 292).

Com isso, tivemos o surgimento de tratados epistemológicos que procuraram oferecer a fundamentação “metódico-documental” para a historiografia oitocentista. Essas reflexões definiram os parâmetros metódicos estipulados como obrigatórios para que a História se enquadrasse no que se tinha, então, por padrão de “ciência”. Segundo Martins (2010), “essa é a razão pela qual esses tratadistas tomaram como referência específica do estudo de História a ciência natural” (MARTINS, 2010, p. 11). No entanto, “tal referência em momento algum foi pensada em termos miméticos (copiar a ciência natural) ou como modelo único (num movimento pré-dogmático)” (MARTINS, 2010, p. 11). Ainda assim, normatizar os procedimentos, para obter algum grau de análise confiável, foi um objetivo para muitos historiadores.

A historiografia “científica” na Alemanha do século XIX foi cultivada pela Escola Histórica Alemã, a qual surgiu em um ambiente social e cultural marcado pelo historicismo. Como indica Reis (2006), o historicismo foi um movimento cultural, sobretudo alemão, que ganhou força nos oitocentos e que postulava que inexisteriam leis de caráter geral para todos os fenômenos; os fenômenos sociais e culturais seriam distintos dos fenômenos naturais na medida em que seriam dotados de significado humano; só poderiam ser estudados na sua historicidade, mediada pelas fontes, através da compreensão do sujeito do conhecimento. Tais postulados procuravam fazer frente ao universalismo dos teóricos do Iluminismo, capitaneado no plano político pela Revolução Francesa, e que argumentavam que a História era a marcha da humanidade rumo ao progresso, através do uso da Razão, sendo o passado um entrave às promessas do futuro. Contra isto:

A Escola Histórica alemã [...] pesquisava as origens históricas das sociedades para mostrar que toda instituição nascida e desenvolvida na história era válida nela mesma e não precisava da Razão para se legitimar. A Escola Histórica quis opor aos conceitos abstratos da filosofia o estudo empírico de homens vividos (REIS, 2006, p. 208).

Para Reis (2006), esta teria sido a revolução cultural historicista: uma revolução “contrarrevolucionária”, ou seja, a descoberta da história como fidelidade aos homens do passado: “não opunha ao futuro de emancipação e luzes um passado de tirania e trevas, que seria preciso denunciar e destruir. Os historiadores queriam avaliar uma época segundo seus próprios critérios e valores” (REIS, 2006, p. 209). Os iluministas franceses teriam procurado legitimar filosoficamente a Revolução Francesa por meio de conceitos abstratos, como Progresso e Razão. Os historiadores alemães, por sua vez, teriam procurado fortalecer o passado construindo uma história científica, que o reconstruísse com fidelidade: “e foi com esse espírito que os estudos históricos ganharam grande prestígio na Alemanha do século XIX” (REIS, 2006, p. 213).

Na combinação dos princípios historicistas com as exigências da crítica histórica, através do método erudito, ganhou força uma historiografia “científica” na Alemanha, particularmente por meio da Escola Histórica Alemã. No entanto, como afirmamos anteriormente, o desenvolvimento da historiografia alemã como um campo específico de conhecimento, com procedimentos e métodos próprios, não teve como consequência uma reflexão epistemológica homogênea nos oitocentos. Além disso, muitos historiadores se envolveram em lutas políticas, desnudando os laços entre a pesquisa histórica e o

engajamento político, em especial no processo de unificação política do território alemão, concretizado em 1871.

LEOPOLD VON RANKE

Leopold von Ranke (1795-1886) nasceu em Wiehe, filho de pastor luterano. Ranke estudou teologia e filologia na Universidade de Leipzig, com foco nas línguas antigas. Com a conclusão dos estudos universitários, passou a lecionar grego e também história. Entre 1829 e 1836 Ranke atingiu a maturidade como historiador, período em que fez pesquisas em arquivos da Áustria e Itália, “publica sua primeira obra a obter ampla repercussão no exterior – a *História dos papas* -, edita a *Revista Histórico-Política* e torna-se, finalmente, *ordinarius* na Universidade de Berlim” (MATA, 2010, p. 192). Ranke tornou-se um dos principais nomes da Escola Histórica Alemã e referência da historiografia “científica” desenvolvida no século XIX.

Para Mata (2010), o pensamento histórico de Ranke esteve marcado pela tríade religião, filosofia e política. Em relação à religiosidade, ela o levou a reconhecer o valor próprio de cada época. Deus habitaria e se daria a reconhecer em toda a história, mas não interviria em favor de uns em prejuízo de outros, nem faria do presente algo superior ao passado. No que tange à filosofia, até hoje existem debates sobre as influências filosóficas de Ranke, sendo o nome mais apontado Hegel. Sobre o perfil político, Ranke teve papel na criação da *Revista Histórico-Política*, em 1832. Uma revista de perfil conservador, concebida como uma forma de atingir as classes ilustradas e fazer frente ao fascínio crescente que as ideias liberais e republicanas exerciam na Confederação alemã. Um dos objetivos era conclamar a construção do Estado Alemão, que corresponderia ao gênio da Nação. No decorrer da vida, contudo, Ranke restringiu a atuação política em favor da atividade intelectual. Por fim, as reflexões sobre a dimensão artística do trabalho historiográfico foram tributárias da influência de Humboldt, enquanto a contraposição das formas de abordagens próprias à Filosofia e História esteve em relação direta com o pensamento de Fichte (MATA, 2010).

O texto *O conceito de história universal*, redigido em 1831, mas publicado apenas em 1854, é um texto seminal para nos familiarizarmos com o pensamento de Ranke sobre o conhecimento histórico. Segundo Ranke (2010), a história se diferenciaria das demais ciências porque ela seria, simultaneamente, uma arte: “ela é ciência na medida em que recolhe,

descobre, analisa em profundidade; e arte na medida em que representa e torna a dar forma ao que é descoberto, ao que é apreendido” (RANKE, 2010, p. 202). Enquanto outras ciências se limitariam em registrar o que fosse descoberto, na disciplina histórica se somaria a capacidade de recriação. Enquanto ciência, a história se aproximaria da Filosofia, enquanto arte, da poesia:

A diferença está no fato de que Filosofia e poesia, de maneira análoga, se movimentam no plano das ideias, enquanto a História não tem como prescindir do plano do real. [...] A História [...] promove a síntese das forças espirituais atuantes na poesia e na Filosofia sob a condição de que tal síntese passe a orientar-se menos pelo ideal – com o qual ambas se ocupam – que pelo real (RANKE, 2010, p. 202).

Conforme Ranke (2010), para Fichte, por exemplo, se o filósofo era capaz de deduzir os possíveis fenômenos da experiência a partir da onipotência do seu conceito prévio, então ele não necessitaria de experiência alguma para realizar sua tarefa. Daí resultaria que o filósofo construiria a totalidade da História por meio de um *a priori*. A História, por sua vez, se inclinaria para o específico, com o foco no concreto, e não apenas ao abstrato que nele estaria contido. Com base nesse fundamento, algumas exigências foram postas por Ranke como necessárias para o desenvolvimento da pesquisa histórica. O primeiro seria o amor à verdade. Na medida em que o historiador reconhecesse no evento seu objetivo mais elevado, “no estado momentâneo de alguma coisa ou no indivíduo que queremos conhecer, adquirimos uma consideração elevada por aquilo que aconteceu, se passou, se manifestou” (RANKE, 2010, p. 207). A segunda exigência seria a investigação documental, pormenorizada e aprofundada:

Primeiramente dedicada ao próprio fenômeno, suas condições, seu contexto, sobretudo pela razão de que, procedendo de outra forma, não estaríamos capacitados para obter o conhecimento: - e, conseqüentemente, para o conhecimento de sua essência, de seu conteúdo (RANKE, 2010, p. 208).

A investigação documental deveria vir acompanhada de discernimento, coragem e probidade ao dizer a verdade. Imparcial e modestamente em seus estudos, todos deveriam transmitir e fazer prevalecer aquilo a que se dedicaram. A imparcialidade [*Unbefabgenheit*] conduziria a terceira exigência para o desenvolvimento da pesquisa histórica: o interesse universal. Para Ranke (2010), alguns se interessariam apenas pelo estudo das instituições burguesas ou das constituições, outros pelos avanços da ciência ou pelas realizações artísticas ou enredos políticos. No entanto, como tais campos não ocorriam apartados uns dos outros,

mas articulados e até mesmo condicionando-se mutuamente, seria necessário dedicar um interesse uniforme a todos eles: “aí reside a imparcialidade a que nos referíamos. Ela não é uma falta de interesse, mas um interesse no conhecimento puro, não turvado por opiniões preconcebidas” (RANKE, 2010, p. 208). A quarta exigência seria a fundamentação do nexos causal. Entre os distintos eventos existiria um nexos, com o precedente condicionando o posterior, o qual o historiador deveria procurar e conhecer: “essa forma de estudo da história, derivada da relação entre causas e efeitos, é denominada pragmática” (RANKE, 2010, p. 209).

A quinta exigência seria o apartidarismo [*Unparteilichkeit*]. De acordo com Ranke (2010), muito frequentemente nós julgaríamos o passado a partir da situação atual, em que interesses próprios ocupariam a opinião pública. Do ponto de vista político, não haveria problema algum nisso:

Mas do ponto de vista propriamente histórico, sim. Nós, que buscamos a verdade mesmo no erro, que vemos tudo o que existe atravessado por um princípio vital originário, temos sobretudo de nos tornarmos livres internamente. Onde quer que haja uma luta semelhante, cada um dos partidos deverá ser avaliado em sua situação própria, em seu meio e, por assim dizer, em seu conteúdo interno particular. É necessário compreendê-los antes de julgá-los (RANKE, 2010, p. 210).

Não seria censurável que o historiador tivesse sua opinião e sua religião. No entanto, “nós simplesmente não temos de julgar o erro ou a verdade. Destaca-se apenas forma junto à forma, vida junto à vida, efeito e contraefeito” (RANKE, 2010, p. 211). Por fim, a sexta exigência seria a compreensão da totalidade. O historiador perceberia a sequência das condições que tornariam um fator possível por intermédio do outro. Mas para Ranke isso não seria suficiente, pois haveria aí uma totalidade, um vir-a-ser, um fazer-se valer. Essa totalidade seria tão certa como cada manifestação em cada fator. No caso de um povo, por exemplo, não seria aos elementos individuais de suas manifestações vivas, mas, sim, “ao conjunto de seu processo de desenvolvimento, de seus feitos, de suas instituições, de sua literatura que nos fala a ideia que nós simplesmente não podemos ignorar” (RANKE, 2010, p. 212).

GEORG GOTTFRIED GERVINUS

Georg Gottfried Gervinus (1805-1871) nasceu em Darmstadt, no Grão-Ducado de Hesse. Em 1825 iniciou os estudos de Filologia em Heidelberg, concluindo em 1829. Em

meados da década de 1830 assumiu a cadeira de Literatura e História da Universidade de Göttingen. Neste período, paralelamente aos estudos acadêmicos, Gervinus militou no Partido do Cassino, de perfil liberal e constitucionalista, onde “redigia artigos incisivos nos quais que discutia a política de seu tempo e defendia a unificação alemã sob a monarquia de Frederico II” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 11). No ano de 1848, Gervinus foi eleito deputado para o Parlamento de Frankfurt representando as cidades hanseáticas. Gervinus procurava evitar partidarismos quando escrevia história, mas, “desconsiderando a admoestação de Ranke, não conseguia manter distância dos acontecimentos de seu tempo e vivenciava vivamente ciência e política, suas grandes vocações” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 11). Professando um liberalismo moderado, os historiadores que integravam o Partido do Cassino, entre eles Gervinus, combatiam o absolutismo, as doutrinas socialistas e as restrições feitas em relação aos judeus, defendendo a liberdade de imprensa e os direitos dos cidadãos. Com a dissolução da Assembleia Constituinte em 1848, Gervinus tornou-se professor efetivo da Universidade de Heidelberg, onde permaneceu até sua morte, lecionando e desenvolvendo pesquisa na área de História.

Gervinus foi um profundo conhecedor da literatura alemã em seu tempo, a qual entendia ser obra máxima do espírito humano ao lado da filosofia grega, da literatura italiana renascentista e do legado de Shakespeare. Em termos de produção intelectual, as reflexões de Gervinus também incidiram sobre a escrita da história, tendo elaborado, em 1837, uma das melhores contribuições até então sobre o problema da escrita da história: *Grundzüge der Historik* (Fundamentos de teoria da história). Segundo Bentivoglio (2010), levando em conta as dificuldades iniciais da história como novo campo de conhecimento, que lentamente constituía ferramentas de análise, delimitando problemas, objeto e metodologia específicos, “Gervinus teve a originalidade de voltar sua atenção para uma dimensão crucial e negligenciada por seus pares: a do estatuto das narrativas históricas” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 08). Enquanto Ranke dedicou-se mais às questões analíticas, refletindo sobre método (crítica histórica documental), e Droysen à formulação epistemológica da operação historiográfica (metódica, sistemática e tópica), coube a Gervinus “a tarefa de formalizar a Teoria da História (*Historik*) como um domínio autônomo deste novo saber, ao mesmo tempo em que colocava em discussão o problema da escrita da história” (BENTIVOGLIO, 2010, p. 09).

No texto *Fundamentos de teoria da história*, apareceu pela primeira vez uma classificação dos gêneros históricos, segundo a relação forma e conteúdo: a história cronológica e a história pragmática. Segundo Gervinus (2010), o artista, orientado totalmente para o seu trabalho, possuiria uma aversão à reflexão sobre sua criação, pois o interesse estaria em que sua arte fosse completamente absorvida e apreciada, não decomposta em fragmentos para ser compreendida. De modo semelhante, tal atitude ocorreria com o historiador: “este se ocupa de preferência com o mundo atuante que se situa muito mais no conjunto dos acontecimentos do que na reflexão” (GERVINUS, 2010, p. 31). No entanto, esta seria uma tarefa necessária para justificar os esforços empreendidos por essa nova ciência, a história.

De acordo com Gervinus (2010), o nosso ambiente ofereceria a possibilidade de três formas de interpretação: as coisas se apresentariam ou por sua realidade, ou por sua possibilidade, ou por sua necessidade; elas se apresentariam como são, ou como poderiam ser, ou como deveriam ser; elas se apresentariam de acordo com sua verdade, ou de acordo com sua probabilidade, ou de acordo com sua racionalidade. No espírito humano se encontrariam variados estados e forças que corresponderiam a essas variadas formas sob as quais os fenômenos se apresentam:

Pela nossa experiência, observamos as coisas de acordo com sua simples aparição no mundo real aparentemente sem regras. Procuramos a verdadeira relação entre essas coisas e gostamos de partir para uma aplicação que seja satisfatória; ou, então, criando, nos desviamos dessa realidade dada de acordo com as leis do imaginável e do possível, como se essa realidade tão rigorosamente delimitada fosse para nós ilimitada, como se pudéssemos configurá-la sem limites. Passamos, então, a buscar somente uma correlação possível entre as coisas, partindo para um deleite satisfatório; ou queremos ver dentro da esfera do real e da experiência uma regularidade geral, excluindo qualquer casualidade, e procurando por um entendimento satisfatório (GERVINUS, 2010, p. 32-33).

Conforme Gervinus (2010), em relação a afirmação acima, no último caso, quem agiria dentro de nós seria a razão, no penúltimo seria a força imaginativa e no primeiro a mente observadora. A atividade, no último caso, seria o filosofar especulativo; no penúltimo, a parte criadora do poeta; no primeiro, a parte classificadora do historiador. Nesta situação, a atividade do poeta e do historiador, eram referências unicamente sobre o ser humano e o mundo ético. No entanto, nenhuma das três atividades poderia ser imaginada isoladamente, atuando de forma autônoma sem a participação das outras. Para Gottfried Gervinus (2010), dentre as variadas produções do poeta e do filósofo, parece que reconhecemos como de valor

elevado aquelas que são oriundas das forças unificadas, não necessariamente em equilíbrio, mas que foram aplicadas em correta correlação com a atividade principal e as auxiliares. Por exemplo:

Admiramos, principalmente no poeta, aquilo que consegue representar o mundo ou o ser humano que ele nos apresenta com a maior fidelidade natural possível. Mesmo assim, de modo que a natureza não precisa apresentar sempre a mesma coisa, ou seja, aquele poeta que consegue construir livremente sua criação poética com base na realidade, unindo o ideal à verdade (GERVINUS, 2010, p. 33).

No caso do historiador, o mundo real seria a base e solo de tudo. O poeta, diferentemente, poderia elevar-se acima do mundo real, ao passo que o filósofo se aprofundaria nele, esquecendo-se dele ao pesquisar sobre suas leis, porém ambos precisando partir do mundo real. Já o historiador nunca poderia abandonar o mundo real sob pena de tornar-se incorreto. A reflexão sobre sua área de conhecimento conduziu Gervinus ao tema da escrita da história. Para Gervinus (2010), a genealogia constituiu o primeiro estágio de transmissão da história, com a “preservação de *nomes* isolados importantes que originalmente amavam associar-se a monumentos externos nos tempos em que ainda não existia a arte da escrita” (GERVINUS, 2010, p. 37). No entanto, quando se começou a adicionar aos nomes preservados ações e circunstâncias consideradas dignas de serem lembradas, a genealogia entrou no estágio da crônica, a forma fundamental de toda historiografia, assim como seria o épico para a poesia. A crônica foi o núcleo e a estrutura de toda a história pelo fato de fornecer o mais importante e o mais imprescindível na tradição histórica e de se satisfazer com esse imprescindível:

Pensada em sua forma mais pura, a crônica registra dia a dia, ano a ano, um evento após o outro sem se preocupar com uma apresentação agradável que apresente correlações internas. Como Cícero já definira o conceito dos anais: eles fornecem uma narração isenta de ornamentos sem analisar as causas. Por isso, prendem-se mais às circunstâncias do que às pessoas, mais ao agir (externo) do que às intenções (interno). [...] De acordo com sua natureza, a crônica é bem objetiva (GERVINUS, 2010, p. 39).

Para a observação abrangente, o cronista seria obtuso à combinação, à visão geral e ao julgamento, voltado apenas para o seu objeto. Por isso, “a crônica é transmitida de mão em mão, podendo, desde o início, escrever a história de modo abrangente, saindo do horizonte do observador isolado” (GERVINUS, 2010, p. 39). Diante disso, a crônica não seria obra de arte histórica, a qual exigiria um acabamento em si mesmo, um todo fechado e uma unidade de

plano, um resumo das partes, formando um todo. Em seu contorno mais simples, a crônica seria “propriedade de nações em desenvolvimento ou produto de épocas de pouca cultura” (GERVINUS, 2010, p. 45).

As memórias, ao lado das crônicas, seriam uma das principais fontes da história. O escritor de memórias, instruído em épocas de força intelectual, de política consciente e cativado pelas características das pessoas atuantes, teria se sentido estimulado a olhar para dentro do mistério das histórias, “diferente de como fazia o cronista que apelava para soluções vindas de interferências divinas, e o que o estimula é adivinhar as maquinações ocultas no ser humano” (GERVINUS, 2010, p. 47). Assim, a historiografia pragmática se apoiaria nas memórias:

Esse gênero é definido normalmente de acordo com o conceito de Políbio como sendo obras históricas projetadas de acordo com ideias subjetivas nelas inseridas e escritas para determinados fins, morais ou políticos, visando a melhora da humanidade ou a formação de homens de negócios e semelhantes. A expressão “pragmático” significa aqui mais ou menos o mesmo que didático (GERVINUS, 2010, p. 50).

O conceito de Políbio determinaria uma característica das obras históricas, mas não um gênero, visto que não identificaria uma determinada concepção e forma de observação da história. Para Gervinus (2010), não seria em Políbio que deveríamos procurar conhecer a historiografia pragmática, mas nos pensadores italianos da época moderna, como Paolo Sarpi (1552-1623), Guicciardini (1483-1540) e Davila (1576-1631), modelos desse gênero. O pragmático, “contenta-se em esclarecer de forma psicológica as causas e os efeitos dos fatos históricos, atribuindo-os ao estímulo, à força humana” (GERVINUS, 2010, p. 52). Nesse caso, o historiador pragmático seria esclarecido por homens que não são observadores comuns: “precisamos ser instruídos sobre as causas e consequências dos fenômenos históricos, precisamos procurar o respectivo esclarecimento no círculo da atuação humana” (GERVINUS, 2010, p. 53). Além disso, o conceito de uma obra histórica artística para o historiador pragmático seria tal que “esta seja *um* todo completo com harmonia entre as partes, convergindo para *um* ponto central, como é com cada obra artística” (GERVINUS, 2010, p. 56).

Por fim, Gervinus (2010) ressaltou que o historiador atento às circunstâncias históricas precisaria aprender a pressentir os planos de regência do universo no andamento caótico das coisas. Com referência em Humboldt, Gervinus (2010) afirmou que a massa caótica de coisas estaria ligada por ideias históricas, configurando internamente toda a

história, “e o historiador que intui sua natureza, seu atuar, apresenta-nos seu manifestar-se e seu primeiro aparecimento, seu desejo de vitória e domínio, bem como seu desaparecer e recuar diante de outras novas ideias que passam a ocupar o lugar das anteriores” (GERVINUS, 2010, p. 68). Diante disso, apresentar esse desenvolvimento da história de forma narrativa seria tarefa do historiador.

JOHANN GUSTAV DROYSEN

Johann Gustav Droysen (1808-1884) nasceu em Teptow, filho de um pastor na Pomerânia que integrou o exército que resistiu, sem sucesso, à chegada das tropas napoleônicas em território alemão em 1807. Segundo Bentivoglio (2009), essa herança, aproximando religiosidade e nacionalismo, urdiu na obra de Droysen um liame que não deve ser desprezado, manifesto nas passagens mais teológicas de *Historik* e “na sua ênfase sobre as comunidades e os poderes éticos responsáveis pela formação dos indivíduos e pelas conformações da história” (BENTIVOGLIO, 2009, p. 13). Droysen se formou em Filologia e Filosofia na Universidade de Berlim no final da década de 1820, momento que frequentou as aulas de Hegel. Na década de 1830, ele publicou os primeiros trabalhos na área da História, como a *História do helenismo*, em três volumes; nos anos 1840 se engajou no movimento em prol da unificação alemã, sendo eleito deputado para a Assembleia Nacional em Frankfurt, pelo Partido do Cassino, mesmo partido onde militava Georg G. Gervinus. Após a experiência política no Parlamento, Droysen foi para a Universidade Iena. Em 1859 retornou a Universidade de Berlim para assumir a Cadeira de História. Em 1877 tornou-se historiógrafo da Casa Real de Brandemburgo, passando os últimos anos de vida pesquisando nos arquivos prussianos.

Para Bentivoglio (2009), Droysen foi um dos principais historiadores alemães dos oitocentos, abrindo novas perspectivas para a definição do método histórico e para a autonomia da história ao lado das demais ciências humanas com aporte da hermenêutica no ofício do historiador. Segundo Gadamer (2007), na reflexão metodológica de Droysen a hermenêutica se tornou “senhora” da historiografia. A história, “que ele considera como ações da liberdade, é tão profundamente compreensível e carregada de sentido como um texto” (GADAMER, 2007, p. 295). O nome de Droysen geralmente está associado à Escola Histórica Alemã, no sentido de elevar a história à categoria de ciência. Apesar disso, Droysen cultivou críticas à perspectiva de Ranke sobre o método e a produção do conhecimento

histórico: “ele foi [...] um dos primeiros a recusar a redução da história a uma mera ciência de textos, a mera crítica de fontes, ou ainda como uma narração objetiva de fatos a partir de um conjunto de documentos” (BENTIVOGLIO, 2009, p. 11). A teoria da história de Gustav Droysen partiu da questão de como saber, por onde começar e o que fazer a fim de se tornar um historiador. Essa foi uma tarefa que ele se propôs a analisar no *Manual de teoria da história* [*Grundriss der Historik*], por meio de uma análise sistemática e metódica da ciência histórica.

O *Manual de teoria da história* foi publicado em 1858 como uma reflexão para pensar a especificidade epistemológica da história e sua autonomização junto aos demais campos do conhecimento humano. Para Droysen (2009), natureza e história seriam os conceitos através dos quais o espírito humano apreenderia o mundo dos fenômenos através das intuições que se lhe apresentam diretamente no espaço e no tempo, “quando ele organiza, a seu modo, o movimento incessante dos fenômenos cambiantes, com o objetivo de compreendê-los” (DROYSEN, 2009, p. 35). Não seria objetivamente que os fenômenos se dividiriam no espaço e no tempo, “a nossa percepção é que os separa de acordo como eles parecem relacionar-se mais ao espaço ou ao tempo” (DROYSEN, 2009, p. 35). Os conceitos de espaço e tempo adquiririam determinação e conteúdo à medida que o que se encontra lado a lado ao existente, ou o que se encontra na sequência do que passou a existir, fosse percebido, reconhecido e pesquisado.

Segundo Droysen (2009), história [*Die Geschichte*] seria um conceito amplo através do qual o espírito humano apreenderia o mundo dos fenômenos. O movimento incessante no mundo dos fenômenos nos permitiria ver as coisas como estando em constante devir. Só o que fosse humano apareceria aos olhos do homem como estando em progressão crescente e em intensificação constante, e este movimento de progressão e de intensificação constante constituiria sua essência e tarefa: “a soma desse crescente infatigável é o mundo ético. E é somente nesse último que o termo história encontra sua aplicação integral” (DROYSEN, 2009, p. 36).

A ciência da história seria o resultado de percepções empíricas, de experiências e da pesquisa, sendo que o método da pesquisa histórica seria determinado pelo caráter morfológico de seus materiais: “a essência do método histórico é de compreender ao pesquisar” (DROYSEN, 2009, p. 38). A possibilidade de compreensão residiria na afinidade congênita das manifestações disponíveis na condição de material histórico e estaria

condicionada ao fato de que no ser humano sua “natureza físico-moral” revelaria cada processo interno de perceptibilidade sensorial. A manifestação particular seria compreendida como uma manifestação do interior, entendida como expressão da natureza interior: “o particular é compreendido no todo e o todo é compreendido no particular” (DROYSEN, 2009, p. 39). A relação do particular com o todo era constitutivo do círculo hermenêutico, pressuposto fundamental da hermenêutica e do método compreensivo para o filósofo e teólogo Friedrich Schleiermacher (1768-1834). Com base nisso, para Droysen (2009) a teoria da história deveria postular como sua tarefa ser um *organon* do pensamento e da pesquisa histórica, abrangendo o caminho da Metodica da pesquisa histórica, da Sistemática do que seria historicamente pesquisável e da Tópica dos modos de exposição do historicamente pesquisado.

Na *Metódica* [*Die Methodik*], Droysen (2009) destacou que a pesquisa histórica pressupunha a reflexão de que também o conteúdo do nosso eu seria mediatizado, seria um resultado histórico, transmitido, formado. Para estarmos seguro de nosso saber, precisaríamos pensar em como ele surgiu para nós; pesquisar a sua apropriação. O ponto de partida de toda a pesquisa seria a questão histórica, da qual resultariam quais seriam os vestígios investigados na busca de respostas. Para isso, a *heurística* forneceria os materiais para o trabalho histórico, como obras moldadas pela mão do homem, estado de vida comunitário, manifestações de pensamento e documentos oficiais. A *crítica*, cuja tarefa seria: “determinar em qual relação se entrelaça o material ainda disponível em relação aos atos de vontade, dos quais ele oferece testemunho” (DROYSEN, 2009, p. 50). Neste caso, teríamos a crítica da autenticidade, para saber se o material era realmente aquele que foi tomado como tal; a crítica do anterior e do posterior, para saber se o material ainda permaneceria inalterado; a crítica da exatidão, para saber se o material poderia indicar a comprovação do que estaria sendo investigado. O terceiro passo seria a *interpretação*. Para Droysen (2009), no mundo ético nada existia que não tivesse sido mediado. Neste caso, teríamos a interpretação pragmática que abrangeria o fato crítico, “os vestígios e as descrições de ocorrências reais em tempos remotos [...], a fim de reconstruir o desenrolar real desses episódios de tempos remotos” (DROYSEN, 2009, p. 54). A interpretação das condições, “fundamentada no fato de que as condições estavam contidas de forma ideal na ocorrência de eventos reais em tempos remotos” (DROYSEN, 2009, p. 55). O terceiro caso seria a interpretação psicológica: procurar no fato os atos de vontade que o produziram.

Na *Sistemática* [*Die Systematik*] se levaria em consideração que o campo do método histórico seria o universo do mundo ético, o qual seria “em seu momento presente de constante mudança, uma confusão caótica e interminável de negócios, estados de coisas, interesses, conflitos, paixões” (DROYSEN, 2009, p. 61). O mistério de todo movimento era sua finalidade, sendo que esse deveria ser o objetivo da interpretação histórica ao observar, no movimento do mundo ético, o seu desenrolar. O mundo ético deveria ser observado historicamente: “I. de acordo com a matéria, na qual ele forma; II. de acordo com as formas, nas quais ele se constitui; III. de acordo com os trabalhadores, através dos quais ele se constitui; IV. de acordo com os fins que, através de seu movimento, se concretizam” (DROYSEN, 2009, p. 63). A matéria seria formada pela natureza e pelo que passou a existir fruto do devir histórico. As formas seriam as comunidades éticas, como família, vizinhança, povo, linguagem. Os trabalhadores seriam o Estado, o povo, a igreja, por exemplo. A finalidade na história seria “a humanidade tornando-se um ser consciente de si mesmo” (DROYSEN, 200, p. 75).

A *Tópica* [*Die Topik*] seria o terceiro momento da pesquisa histórica, no caso, suas formas de apresentação. Assim, teríamos a exposição interrogativa, requerendo a forma de pesquisa, a fim de apresentar os resultados: “ela procede como se o que finalmente foi encontrado na investigação deve ser ainda encontrado ou melhor pesquisado” (DROYSEN, 2009, p. 79). A exposição narrativa, apresentando o assunto pesquisado “como sendo uma sequência de fatos segundo a mimese de seu devir; ela configura, partindo da investigação, um quadro da gênese do assunto tratado pela pesquisa” (DROYSEN, 2009, p. 80). A exposição didática, abrangendo “o pesquisado na ideia da grande continuidade histórica, de acordo com sua importância instrutiva para o presente” (DROYSEN, 2009, p. 81). Por fim, a exposição discussiva, direcionando “a abundância do pesquisado a essas matizes, como reunindo tudo num espelho convexo, sobre um determinado ponto no presente, que ela ilumina e dessa forma ‘torna claro’” (DROYSEN, 2009, p. 83). Droysen (2009) ainda comenta:

Nossa ciência não pretende que seu método de pesquisa seja o único a reger sua atividade científica [...]. E ela tem a humildade de reconhecer que, em suas exposições e resultados, não tem condições de oferecer mais do que faz parte de seu domínio de pesquisa, nem além do que seus métodos possibilitam (DROYSEN, 2009, p. 85).

Para Bentivoglio (2009), um dos grandes méritos de Droysen foi realizar a distinção entre aquilo que era dado pela natureza e aquilo que era fruto do devir histórico. Na Sistemática, Droysen não escondeu sua herança hegeliana, visto não negar que a evolução histórica assumiria um caráter teleológico, “uma teodiceia de salvação do indivíduo por meio da ação dos poderes éticos e de seu reconhecimento” (BENTIVOGLIO, 2009, p. 19). Ética e história se fundiriam, e a primeira se apresentaria ao historiador ao mesmo tempo como material empírico e objeto. Outro mérito de Droysen foi o uso do termo História [*Geschichte*], tanto na acepção de ciência histórica em geral como a evolução histórica global da humanidade e sua distinção da teoria da história [*Historik*] e das histórias em geral, “identificando a segunda como o domínio de reflexão sobre as histórias produzidas e sobre a própria história” (BENTIVOGLIO, 2009, p. 19).

ERNST BERNHEIM

Ernst Bernheim (1850-1942), filho de próspero comerciante ultramarino de ascendência judaica, nasceu em Hamburgo. O doutorado foi realizado na Universidade de Estrasburgo, onde defendeu tese em 1873 com um trabalho em torno da Concordata de Worms (1122). De 1883 até sua aposentadoria, em 1921, Bernheim foi professor de História Medieval na Universidade de Greifswald, da qual também foi reitor em 1889. Em 1886, por ocasião do seu casamento, Bernheim converteu-se ao protestantismo. A conversão religiosa não impediu, contudo, que Ernst Bernheim sofresse diretamente os efeitos da perseguição aos “não-arianos”, perpetrada pelo Estado nazista entre 1933 e 1945. Os últimos 10 anos antes de sua morte foram marcados pelo afastamento da vida pública e pela tentativa de preservar os direitos ameaçados pelo racismo nacional-socialista. Impossibilitado de emigrar devido à idade avançada, “Bernheim somente escapou à provável deportação para um campo de concentração por ter, em 1938, obtido um atestado provisório de cidadania plena” (ASSIS, 2010, p. 48).

Ernst Bernheim tornou-se conhecido, na Alemanha e no exterior, em virtude de seus escritos sobre teoria e metodologia históricas. Segundo Assis (2010), as reflexões metodológicas de Bernheim resultaram da racionalização de uma ampla experiência de pesquisa histórica. Em Göttingen, ele esteve vinculado ao seminário de pesquisas local, cuja área de atuação era a História do Direito e das Constituições. Ao mesmo tempo, as reflexões metodológicas de Bernheim estiveram conectadas com o seu engajamento pedagógico,

sobretudo, as questões de organização do ensino superior e da relação entre a universidade e os demais níveis de ensino. Em termos de produção teórica e metodológica, destacou-se em sua produção intelectual *Pesquisa histórica e filosofia da história* (1880) e o *Manual do método histórico* (1889). Este segundo livro “representou uma das mais consistentes tentativas de fundamentação do conhecimento histórico empreendidas na segunda metade do século XIX” (ASSIS, 2010, p. 48-49). Bernheim apresentou o “método histórico” como o resultado da sistematização teórica dos procedimentos práticos da pesquisa histórica, enfatizando seu caráter propedêutico.

O texto *Metodologia da ciência histórica* faz parte do segundo capítulo do *Manual do método histórico e da filosofia da história*, nome que o livro *Manual do método histórico* recebeu a partir da terceira edição, publicada em 1903, e pretende nos oferecer um panorama geral da metodologia da ciência histórica desenvolvida por Bernheim. Consta neste capítulo que:

Método é o procedimento utilizado por uma ciência para obter resultados cognitivos de um dado material empírico. Nós compreendemos por “metodologia” [*Methodologie*] ou “teoria do método” [*Methodenlehre*] a demonstração geral da concepção e da natureza do método de uma ciência; ao passo que por “metódica” [*Methodik*] designamos os princípios e técnicas metódicas particulares derivadas de uma metodologia (BERNHEIM, 2010, p. 52).

Segundo Bernheim (2010), não era raro a opinião de que refletir sobre o método seria supérfluo, pois o mesmo nada mais seria do que a aplicação do bom entendimento humano à respectiva ciência e às suas tarefas. Porém, aprender tudo por conta própria implicaria, simultaneamente, tanto uma rejeição da noção convencional de educação quanto na abertura de espaço para o autodidatismo. Outra opinião sobre a disciplina metódica seria que ela limitaria os impulsos característicos do gênio criador e crítico, ou os colocaria em uma posição subordinada. No entanto, se seria correto o temor ao formalismo mecânico, não se poderia prescindir da ausência completa de disciplina: “espírito [*Geist*] desacompanhado de método prejudica tanto a ciência quanto método desacompanhado de espírito” (BERNHEIM, 2010, p. 54).

O caráter do método dependeria diretamente do perfil da respectiva ciência, do material com que esta trabalharia e do tipo de conhecimento que teria em vista. No caso da ciência história, seu material seria peculiar. Na maior parte, não se apresentaria diretamente à percepção sensorial, ao contrário do material com que trabalhavam as ciências da natureza. O

material histórico consistiria em atividades executadas por seres humanos dos quais somente se poderiam ver fragmentos minúsculos. Seriam ocorrências que se tornaram passadas sem nos terem deixado rastros diretamente perceptíveis ou ocorrências que foram documentadas pelos resíduos diretos dos seus efeitos. Neste caso, “uma das tarefas fundamentais do método histórico, a qual se coloca na sequência da coleta do material, é o estabelecimento da factualidade das ocorrências referenciadas pelas fontes, isto é, a verificação de se as ocorrências mencionadas de fato aconteceram” (BERNHEIM, 2010, p. 56). A constatação da factualidade se assentaria sobre percepções contemporâneas imediatamente referidas aos acontecimentos e sobre os resíduos destes que se fizessem disponíveis ao presente; sobre a percepção de testemunhas cuja credibilidade já tivesse sido atestada; e, “sobre juízos e conclusões que nós extraímos com base na avaliação dos já mencionados tipos de percepção” (BERNHEIM, 2010, p. 56).

A segunda tarefa que o método histórico deveria desempenhar estaria ligada ao conhecimento da inter-relação entre os respectivos fatos, ou seja, com sua concepção [*Auffassung*]: “os fatos particulares devem sempre ser colocados em relação causal tanto com a totalidade do desenvolvimento correspondente, [...] quanto com a dimensão geral do mesmo desenvolvimento – isto é com as condições e causas psíquicas e físicas” (BERNHEIM, 2010, p. 56). Conforme Bernheim (2010), esta tarefa não poderia impedir, contudo, que cada elemento singular fosse apreciado na sua especificidade e no seu significado perante a totalidade do desenvolvimento.

Bernheim (2010) afirmou que ao método histórico se ligariam duas dificuldades distintas, as quais poderiam fortalecer as dúvidas com relação à possibilidade de se obterem resultados seguros. As dificuldades estariam, por um lado, “junto ao material histórico, sendo assim objetivas; por outro, contudo, relacionam-se com nossas capacidades cognitivas, sendo, portanto, de natureza subjetiva” (BERNHEIM, 2010, p. 58). A objeção objetiva teria origem no preconceito unilateral de que as verdades seguras seriam somente aquelas que, de um modo ou de outro, se deixariam comprovar. No entanto, a confiabilidade da experiência e da visão sobre a qual se assentaria o conhecimento histórico também teria sua confiabilidade. Em relação à objeção subjetiva, poderia ser contraposto a afirmação de que os objetos do conhecimento histórico, ou seja, as ações dos seres humanos, seriam ações que resultariam do sentir, do pensar e querer humanos, da mesma natureza que experimentaríamos cotidianamente na nossa vida espiritual. Essa experiência nos convenceria de que “seriam

reais fenômenos análogos associados às vidas dos que nos são próximos – e, conseqüentemente, também aqueles relacionados com os seres humanos do passado” (BERNHEIM, 2010, p. 59).

O ceticismo sobre a história se tornaria mais forte ao se referir ao seu objeto de estudo. Os informantes que nos forneceriam relatos orais e escritos, bem como os autores de obras históricas, não transmitiriam imediatamente os acontecimentos, mas apenas o que tais acontecimentos conseguiram reter nos seus espíritos, e tão somente da maneira como os conseguiram reter, “enviesado e desfigurado através de modificações, em parte arbitrárias, impingidas pelas suas concepções e disposições subjetivas” (BERNHEIM, 2010, p. 64). Além disso, os relatos dos informantes se assentariam sobre observações que o historiador não poderia repetir nem controlar. Tais observações seriam valiosas, mas não suficientes para adotar um ceticismo desanimado:

Elas somente nos chamam a atenção para que tratemos metodicamente as nossas fontes de acordo com o seu caráter, aplicando-lhes medidas de controle e precaução de modo que possamos identificar os acontecimentos factuais, a despeito da opacidade das fontes. [...] Uma vez mencionado este estoque de fatos já estabelecidos, nós podemos então reconhecer tranquilamente que, frequentemente, na História, assim como em todas as outras ciências, temos de nos contentar com probabilidades e, não raras vezes, com possibilidades (BERNHEIM, 2010, p. 64-65).

Na pesquisa histórica, “prováveis” seriam aqueles fatos considerados como tendo acontecendo por dispormos de relatos e razões que seriam fiáveis em relação aos relatos e razões em contrário. No caso do “possível”, “um fato quando não dispomos nem de evidências em contrária ao seu caráter de acontecimento, nem de razões positivas para tomá-lo como ocorrido” (BERNHEIM, 2010, p. 66).

Para trabalhar com o material histórico, os princípios e operações da metodologia ou metódica aplicáveis ao trabalho historiográfico seriam a heurística, que diz respeito à coleção e exploração das fontes; a crítica, que se ocupa da inspeção do material e da constatação dos fatos; “a concepção [*Auffassung*], que deve conhecer o significado dos fatos e a sua conexão interna; e a representação, que restitui os fatos na sua conexão” (BERNHEIM, 2010, p. 66-67). Com Ernst Bernheim, chegamos ao final de nossa exposição sobre a trajetória percorrida ao longo do século XIX por historiadores alemães que almejaram oferecer bases teóricas e metodológicas para o conhecimento histórico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XIX, no que tange a historiografia alemã, e europeia, de um modo geral, representou o momento de afirmação da história como área específica na produção do conhecimento mediante a formação de profissionais com foco no estudo do passado das sociedades. Houve uma preocupação com o perfil epistêmico da história levando em consideração o objetivo que o historiador se impunha de que sua atividade estaria comprometida com a verdade histórica sem associação com reflexão filosófica e a criação literária. Não por acaso, o método foi um dos pontos centrais no debate historiográfico europeu oitocentista.

Neste artigo, contudo, procuramos ressaltar que o debate epistêmico nos oitocentos não ficou restrito ao tema do método, apesar do destaque atribuído a esse último. Esta é nossa avaliação em relação ao caso alemão. A Escola Histórica Alemã representou um momento ímpar na busca do estatuto de cientificidade para o conhecimento histórico, e com isso, busca de legitimidade perante outras áreas de conhecimento. Porém, o estudo do “concreto” e do “real” para conhecer a “verdade histórica” não restringiu as análises teóricas e metodológicas sobre a história em um discurso monolítico. Enquanto Ranke e Ernst Bernheim deram ênfase à crítica documental e a especificidade do método histórico, Gervinus refletiu sobre o estatuto das narrativas históricas e Droysen acentuou a dimensão hermenêutica no ofício do historiador. Ao contrário de um olhar pejorativo sobre a historiografia europeia do XIX, dita “positivista”, e que seria carente de reflexão teórica, encontramos nesses historiadores alemães exemplos de trabalhos que se empenharam em refletir epistemologicamente a história.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Arthur. Apresentação. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 47-51.
- BENTIVOGLIO, Julio. Apresentação. In: DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de teoria da história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, p. 07-26.
- _____. Apresentação. In: GERVINUS, Georg Gottfried. *Fundamentos de teoria da história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, p. 07-22.
- BERNHEIM, Ernst. Metodologia da ciência histórica (1908). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 52-67.

DROYSEN, Johann Gustav. *Manual de teoria da história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método I*. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. 8ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2007.

GERVINUS, Georg Gottfried. *Fundamentos de teoria da história*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 291-300.

MARTINS, Estevão de Rezende. O renascimento da história como ciência. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 07-14.

MATA, Sérgio da. Apresentação. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 187-201.

RANKE, Leopold Von. O conceito de história universal (1831). In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 202-215.

REIS, José Carlos. *História & teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RECEBIDO EM: 09/09/2015
APROVADO EM: 11/12/2015